



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2022
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 14/2022
MULTIENTIDADE

CÓDIGO DE REGISTRO PRÉ-PUBLICAÇÃO TCE-SC: 24BE827094B5D92C27AEC4D519B9B587B3229906

O MUNICÍPIO DE DESCANSO – PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e CÂMARA DE VEREADORES, Pessoas Jurídicas de Direito Público, com sedes na Avenida Marechal Deodoro, nº 146, centro, Município de Descanso, Estado de Santa Catarina, tornam público, para conhecimento dos interessados, especialmente às pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Decreto Municipal nº 2.152, de 07 de agosto de 2020, realizará licitação, no **dia 20 de julho de 2022**, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, MODO DE DISPUTA ABERTO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, representada pela menor taxa de administração, aplicada ao valor a ser concedido ao servidor por dia trabalhado**, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação (*internet*), através do Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

As **Propostas de Preços** serão recebidas no período das **07h30min do dia 08 de julho de 2022 até às 07h30min do dia 20 de julho de 2022**, no site supramencionado, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

O início da Sessão de Disputa de Preços (Sessão de Lances) será no **dia 20 de julho de 2022 às 08h00min** no endereço eletrônico já mencionado, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis na página inicial do site do Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

A adoção da modalidade Pregão Eletrônico, no presente caso, objetiva ampliar a concorrência diante da possibilidade de alcance a um número maior de possíveis fornecedores e, por consequência, a obtenção de preço mais vantajoso (menor) para a Administração Pública Municipal.

Os assuntos relacionados a presente licitação poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do e-mail compras@descanso.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3623 0161, exceto pedidos de esclarecimentos e pedidos de impugnação, dos quais deverão ser remetidos via plataforma em campo apropriado.

Esta licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para o Município de Descanso.

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para efetuar repasse dos valores referentes ao fornecimento de Vale Alimentação aos servidores do Município de Descanso/SC, de acordo com as Leis Autorizativas 1919/2022 (Poder Executivo) e 1921/2022 (Poder Legislativo), por meio de cartão magnético com chip eletrônico de segurança, para aquisição de alimentação em estabelecimentos comerciais cadastrados, conforme as especificações contidas neste edital e em seus anexos.

2 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico, as empresas do ramo de atividade pertinente e compatível ao objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital, inclusive quanto à documentação, que estiverem devidamente credenciadas na Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br e que:



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

- 2.1.1. Preencham os requisitos legais para o exercício da atividade objeto do presente certame.
- 2.2. Será vedada a participação, em qualquer fase do processo licitatório, dos interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- 2.2.2. Empresas que se encontrarem sob falência ou em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou, ainda, em fase de dissolução ou liquidação, conforme Lei nº 11.101/2005.
- 2.2.3. Empresas declaradas inidôneas por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão e impedimento de contratar ou licitar com a Administração Pública no âmbito do Estado de Santa Catarina e do Município de Descanso, conforme Art. 87, Incisos III e IV da Lei 8.663/93 e Art. 7º da Lei 10.520/02.
- 2.2.4. Pessoas físicas.
- 2.2.5. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- 2.2.6. Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as empresas que se enquadrarem nas hipóteses previstas no art. 3º, §4º, da Lei Complementar n. 123/2006.
- 2.2.7. Não será admitida a participação conjunta nesta licitação, de Empresas controladoras, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si ou, ainda que, independentemente, nomeiem um mesmo representante.
- 2.2.8. Não será admitida a participação de empresa estrangeira que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrava ou judicialmente.
- 2.3. Na hipótese de ser constatada pelo Pregoeiro (a) a participação de licitante cuja situação se enquadre em qualquer das hipóteses previstas no item anterior, ainda que superveniente, a concorrente será excluída do certame, ficando esta e seus representantes sujeitos às sanções previstas na Lei n. 8.666/93.
- 2.4. Com fundamento no artigo 49, inciso III, da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, o Município de Descanso/SC entende que no presente procedimento licitatório o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não é vantajoso para a Administração Pública e representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Desta forma, o entendimento é no sentido de que a supressão de parte dos licitantes e a redução da concorrência entre os potenciais fornecedores não representa vantagem e economia à Administração, mantendo-se os demais direitos previstos na lei complementar 123/2006 e alterações posteriores, especialmente porque:
- 2.5.1. É notório que a restrição à participação de outras empresas, apesar de amparadas pela Lei Complementar nº 123/2006, não é absoluta, conforme expressa o art. 49 da referida legislação;
- 2.5.2. Consoante o que dispõem os incisos II e III do art. 49 da Lei Complementar nº 123, é possível a justificativa e fundamentação para não realização de licitação com tratamento diferenciado;
- 2.5.3. A Lei Complementar nº 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não a elevação da hipossuficiência econômica de tais empresas em detrimento do interesse público, resguardando os princípios pertinentes ao presente certame, como o da competitividade, da economicidade e da eficiência;
- 2.5.4. Por todo o exposto, justificada está a não realização licitação de exclusiva participação às Micro e Pequenas Empresas.
- 2.6. A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- 2.7. O procedimento licitatório é um procedimento previsto em lei. A sessão de abertura da licitação é um ato público e oficial, onde os participantes devem respeitar e cumprir as cláusulas previstas nesse edital. O não cumprimento de qualquer um destes requisitos acarretará na desclassificação ou inabilitação da participante ou no não credenciamento do representante.



3. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL

3.1. Serão utilizados para a realização deste certame, recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes, com plena visibilidade para o (a) Pregoeiro (a) e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – *Internet*.

3.2. A realização do procedimento estará a cargo do (a) Pregoeiro (a) e do Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, empresa licenciada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

3.3. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do certame deverão dispor de um cadastro prévio junto a Bolsa de Licitações do Brasil.

3.3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.3.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. Como requisito para a participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e em seus Anexos.

3.4.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

3.5. O licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para cadastrar proposta e/ou dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento, nos valores e condições da referida proposta/lance, e caso essa proposta/lance seja a classificada, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

3.6. O licitante é inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

3.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.8. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil e

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”. Decreto 5.450/05 art. 24 parágrafo 5º.

O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

3.9. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 09 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

3.10 Como condição prévia ao exame da habilitação e proposta do licitante, o Pregoeiro, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta consolidada aos seguintes cadastros, <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>:

a) TCU	Inidôneos – Licitantes Inidôneos;
b) CNJ	CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa Inelegibilidade;
c) Portal de Transparência	CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
d) Portal de Transparência	CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas

3.10.1. A consulta aos cadastros – CEIS, CNEP e CNIA, na fase de habilitação, constituem verificação da própria condição de habilitação na licitação, nos termos do Acórdão nº 1.793/2011 (Plenário- TCU).

3.10.2. Constatada a existência de sanção, que impeça a participação no certame, o Presidente da Comissão de Licitações reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

4. DOS PROCEDIMENTOS

4.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar a proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos no Edital, exclusivamente, por meio do Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, até a data e hora estabelecidos, quando, então, se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.1.1. Os documentos de habilitação deverão estar, preferencialmente, no formato PDF.

4.1.2. Os documentos de habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro (a) e para acesso público somente após o encerramento da sessão pública de lances.

4.2. Até o horário previsto neste edital, para a apresentação das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema. Após transcorrido o prazo previsto neste edital não caberá desistência da proposta e/ou do lance ofertado.

4.3. A licitante que deixar de apresentar a documentação, apresentar documentação falsa ou não mantiver sua proposta, será inabilitada do certame e ficará passível da aplicação de multa, assim como a decretação da suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Descanso/SC.

4.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. A proposta de preços eletrônica deverá ser apresentada com base no “**VALOR DO ITEM**”, exclusivamente mediante o cadastramento no sistema PREGÃO ELETRÔNICO, no período retro mencionado neste edital.



5.1.1. A proposta deverá conter o **PREÇO UNITÁRIO** e o **PREÇO TOTAL** de cada item ofertado, expresso em reais com, no máximo, 02 (duas) casas decimais, à direita da vírgula, considerando a aplicação da taxa de administração, igualmente com, no máximo, 02 (duas) casas decimais, à direita da vírgula, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

5.1.1.1 A taxa de administração não poderá ser inferior a 0,00% (zero por cento), ou seja, não se admitindo taxa negativa e nem superior a 1,00% (um por cento), calculada sobre o valor estimado (R\$ 16,00) pago a cada servidor público por dia efetivamente trabalhado.

5.1.2. A Proposta inicial cadastrada no sistema eletrônico deverá ser elaborada de acordo com as diretrizes estabelecidas no descritivo do item, DEVENDO CONSTAR O MESMO DESCRITIVO CONSTANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA, sob pena de rejeição da proposta e impedimento em participar da fase de lances. Não serão aceitas propostas que, em seu descritivo, utilizem expressões como “conforme edital ou termo de referência”, “conforme demais especificações do edital ou termo de referência” e expressões similares.

5.1.3. O percentual de taxa fixado compreende todas as despesas e custos que, direta ou indiretamente, tenham relação com a perfeita execução deste contrato, constituindo-se na única remuneração devida. Sendo ainda, o percentual contratado fixo e irrevogável, considerando o prazo de vigência contratual.

5.2. A proposta de preços final atualizada deverá ser apresentada, VIA SISTEMA, dentro do prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a), adequada ao último lance ofertado pelo licitante classificado em primeiro lugar.

5.3. Para inserção de sua proposta inicial, a licitante deverá observar rigorosamente a descrição e unidade de fornecimento do objeto, constante neste Edital e seus Anexos, bem como o percentual da taxa de administração, considerando igualmente as disposições do item 5.1.1, não sendo admitida taxa negativa, ou seja, não inferior a 0,00% (zero por cento), tampouco taxa superior a 1,00% (um por cento).

5.3.1 O licitante deverá apresentar na Proposta também os Dados do Proponente: Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail, atualizados, bem como os dados do Representante Legal para assinatura do Contrato: Nome, CPF, RG, função, telefone, e-mail e os dados Bancários: Banco, Agência, Conta e Nome, podendo ser utilizado modelo do Anexo VI.

5.4. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, deverão clicar SIM no campo “Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP, conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência”.

5.4.1. Caso a empresa assinale a opção NÃO, a mesma será tratada sem os benefícios da Lei Complementar nº 123/06.

5.5. As propostas que atenderem os requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais poderão ser corrigidos pelo (a) Pregoeiro (a) da seguinte forma:

a) erros de transcrição das quantidades previstas, **mantém-se o preço unitário** e corrige-se a quantidade e o preço total;

b) erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, **mantém-se o preço unitário e a quantidade**, retificando o preço total;

c) erro de adição, **mantém-se as parcelas corretas** e retifica-se a soma.

5.6. O valor total da proposta poderá ser ajustado/retificado pelo (a) Pregoeiro (a) em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o total da proposta.

5.6.1. A falta de indicação do valor da proposta por extenso não implicará na desclassificação. Nesse caso, o (a) Pregoeiro (a) considerará o valor numérico informado.



5.7. Poderão ser inseridas correções/anotações para esclarecimentos da proposta, desde que não configure alteração de condições de pagamento, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais quanto ao mérito.

5.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a esse a qualquer título.

5.9. O (a) pregoeiro (a) poderá convocar técnicos da(s) área(s) pertinente(s) ao objeto licitado, quando houver necessidade de emitir parecer técnico, para garantir que as propostas apresentadas atendam as especificações mínimas exigidas referentes ao objeto licitado.

5.10. Verificando-se no curso da análise das propostas o descumprimento de qualquer requisito exigido neste edital e seus anexos, e desde que não se possa utilizar o disposto no subitem 5.5, a proposta será desclassificada.

5.10.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

5.11. Caso a proposta ofertada pela licitante vencedora do certame não atenda às características exigidas neste edital, serão convocadas pela ordem de classificação, tantas licitantes quanto forem necessárias, até que se consiga adjudicar o licitante vencedor.

5.12. (O)A pregoeiro (a) poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

5.13. A licitante poderá promover oferta para todos os ITENS ou para um ou mais ITENS individualmente, desde que satisfaça todas as demais exigências do edital.

5.14. Não será aceita oferta de itens com especificações que não se enquadrem nas indicadas no Termo de Referência deste Edital.

5.15. A apresentação de proposta, neste certame, implica na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, além do dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

5.16. No que diz respeito à apresentação da proposta antes da fase de lances, quando da abertura da sessão pública a comissão tem acesso somente aos valores, marcas, modelos, descrição, validade da proposta, que os fornecedores incluíram no sistema, não há qualquer identificação da proposta em tal momento.

6. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos para habilitação, os quais deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de abertura e julgamento das propostas.

6.1.1. Caso não seja possível verificar a validade e a vigência dos documentos constantes no rol da CLÁUSULA SEXTA – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) – deste instrumento convocatório, considerar-se-á o prazo de **60 (sessenta) dias** da data da emissão do documento.

6.1.2. Os documentos de habilitação relacionados abaixo deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de abertura e julgamento, e deverão ser apresentados:

- a) em original (digitalizado);**
- b) em cópia autenticada por cartório competente (digitalizado); ou**
- c) em cópia autenticada por servidor municipal, mediante a apresentação de originais para confronto (digitalizado).**
- d) através de publicação em órgão da imprensa oficial;**



6.1.3. Documentos obtidos na rede *Internet* serão aceitos e considerados como originais, ainda que sejam apresentados através de cópia simples, desde que seja possível a sua verificação e confirmação de validade pelo (a) Pregoeiro (a).

6.1.4. As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação, **deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.**

6.1.5. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando tiverem validade para todas as filiais e matriz.

6.1.6. O vencedor do certame que não apresentar a documentação exigida, no todo ou em parte, será desclassificado, podendo a ele ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então o detentor da proposta seguinte na ordem de classificação.

6.1.7. A documentação será rubricada pelo Pregoeiro (a) e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

6.1.8. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.1.9. O (A) Pregoeiro (a) e/ou a Equipe de Apoio, poderá no ato da sessão, verificar o eventual descumprimento das condições de participação das empresas participantes, especialmente, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação.

6.1.9.1. Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a), julgará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

6.2. Da Habilitação Jurídica:

- a) Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) **consolidado ou acompanhado de todas as alterações posteriores**, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, em se tratando de sociedades comerciais;
 - a.1 No caso de sociedades por ações, o ato constitutivo deve estar acompanhado da ata da assembleia da última eleição dos administradores;
 - a.2 No caso de sociedades civis e simples, o ato constitutivo deve estar acompanhado de prova da investidura ou nomeação da administração em exercício.
- b) Comprovante de Inscrição e de situação cadastral da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Declaração do proponente de que não fora declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Poder Público (Anexo IV).
- d) Declaração de que a empresa não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (Anexo III);

6.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que tenham interesse em participar deste certame usufruindo dos **benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006**, deverão apresentar a documentação disposta nos subitens seguintes:

- a) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da licitante ou Certidão do Registro Civil de Pessoa Jurídica, emitida em até **90 (noventa) dias** da data do registro da proposta.
- b) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo II).



b.1) A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.

b.2) A não apresentação dos documentos de que tratam as alíneas "a" e "b" do item 6.2.1 leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou que não se enquadram nesta categoria jurídica.

b.3) As empresas que não se enquadrarem como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte estão dispensadas da apresentação dos documentos exigidos pelo item 6.2.1.

6.3. Da Habilitação Fiscal

- a) Prova de regularidade conjunta para com a Fazenda Federal, União e Previdência (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa proponente, ou outra equivalente, na forma da lei (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- d) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, de acordo com as prerrogativas da Lei 12.440/11, com validade, emitida pela Justiça do Trabalho, conforme Lei Federal nº 12.444/2011, disponível no site: www.tst.jus.br/certidao.

6.3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, entretanto, ficam obrigadas a apresentar toda documentação exigida no edital, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, **sob pena de inabilitação**.

6.3.2. Caso a MPE apresente comprovação da regularidade fiscal e trabalhista com validade vencida, o Pregoeiro e Equipe de Apoio farão consulta no respectivo endereço eletrônico, disponibilizado via internet. Com vistas a celeridade do certame, comprovada a regularidade, a proponente será imediatamente habilitada, dando-se prosseguimento nos procedimentos.

6.3.3. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, da proponente microempresa e empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, do qual o termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, nos termos do art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.3.4. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

6.3.5. Tendo em vista o que dispõe a Emenda Constitucional 106, de 07 de maio de 2020, em seu artigo 3º, parágrafo único, durante a vigência da calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional, o disposto no §3º, do artigo 195, da Constituição Federal, que trata da exigência de regularidade com a seguridade social, não será aplicado para fins de contratação com o Poder Público. Desta forma, não será critério de inabilitação a ausência da certidão exigida pelo item 6.3, "a", vale dizer, de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.



6.4. Da Qualificação Econômico-Financeira

- a. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, emitida pelo sistema E-PROC (no caso de empresas sediadas no Estado de Santa Catarina).
- b. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, emitida pelo sistema SAJ (no caso de empresas sediadas no Estado de Santa Catarina).
 - i. Os participantes devem se atentar ao fato de que, sendo a empresa sediada no Estado de Santa Catarina, são necessárias as Certidões Negativas acima referidas dos sistemas **SAJ e EPROC**, vez que as certidões só são válidas se apresentadas em conjunto. **Dessa forma, a ausência de qualquer delas, importará na inabilitação do participante.**
- c. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelos cartórios de registro de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da sede da pessoa jurídica, no caso de empresas sediadas nos demais Estados da Federação.

6.4.1. No que diz respeito à validade da documentação exigida para fins de qualificação econômico-financeira, caso não seja possível a verificação da validade e da vigência dos documentos constantes no item 6.4 e subitens deste instrumento convocatório, considerar-se-á o prazo de **60 (sessenta) dias** da data da emissão do documento.

6.4.2. Comprovação do capital social mínimo ou do patrimônio líquido em valor não inferior a 10% (dez pontos percentuais) aplicados sobre o valor total de 6 (seis) meses ESTIMADO R\$ 604.800,00 (seiscentos e quatro mil, oitocentos reais) que corresponde ao valor deste Processo Licitatório, para contratação até a data da abertura desta licitação.

6.4.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da sociedade, - vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

1) No caso de sociedade anônima, apresentar as publicações na imprensa oficial do balanço e demonstrações contábeis.

2) As empresas não obrigadas à publicação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis deverão apresentar cópias legíveis e autenticadas, das páginas do diário geral e dos termos de abertura e encerramento do diário geral, registrados na junta comercial ou no cartório de registro de títulos e documentos.

6.4.3.1. A licitante deverá apresentar planilha com o CÁLCULO demonstrativo da boa situação financeira da empresa, apresentada em papel timbrado da licitante mediante assinatura do contador responsável, identificado com nome e n.º do CRC, por meio da apuração das demonstrações contábeis do último exercício, aplicadas as seguintes fórmulas:

Quociente de Liquidez Corrente (Maior ou Igual à 1,00) $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Quociente de Liquidez Geral (Maior ou Igual à 1,00) $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível à Longo Prazo}}$
Solvência Geral (Maior ou Igual à 1,00) $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível à Longo Prazo}}$

6.4.3.2. Será inabilitado licitante que não obtiver no mínimo os seguintes índices:

- Quociente de Liquidez Corrente: Maior ou igual a 1,00;
- Quociente de Liquidez Geral: Maior ou igual a 1,00;
- Solvência Geral: Maior ou igual a 1,00;



6.5. Da Qualificação Técnica:

6.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) de direito público ou privado, contendo a identificação da pessoa jurídica emitente (nome, cargo/função do signatário, endereço completo do emitente, telefone e e-mail), demonstrando que o licitante executou o serviço de administração e gerenciamento dos cartões de alimentação.

6.5.1.1. Será considerado compatível com a quantidade o (s) atestados que apresentar (em), no mínimo, 150 (cento e cinquenta) cartões de vale alimentação, (correspondente a 50% do total mensal previsto de cartões de vale alimentação deste Processo Licitatório).

6.5.1.2. Para efeito do item anterior, será admitido somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados, desde que não sejam a soma de quantidades não se configure a execução sucessiva de objetos de pequena dimensão.

6.5.1.3. Na comprovação de qualificação técnica deverá constar o número de cartões de vale alimentação fornecidos em cada um, para fins de aferição do quantitativo compatível com o do item mencionado anteriormente.

6.6. Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que promoverá, no prazo estabelecido, o cadastramento dos estabelecimentos fornecedores nos termos previstos no Edital e seus anexos.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A análise das propostas será feita pelo (a) Pregoeiro (a), podendo, caso necessário, ser auxiliado (a), por equipe Técnica designada pela Secretaria Responsável, que visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos, ou em desacordo com qualquer dispositivo legal vigente;

b) omissas ou vagas, ou as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

c) apresentarem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade;

d) impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

e) apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais licitantes.

7.3. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com o especificado no Anexo I.

7.4. Somente as propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro (a) participarão da etapa de envio de lances.

7.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro (a).

7.6. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

7.7. No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, prevalecerão os valores obtidos na etapa de propostas.

8. DOS LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva (sessão pública de lances), a licitante poderá encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do lance e do valor consignado no registro. O Valor do intervalo de lances específico para este pregão é de no mínimo R\$ 0,01 centavos, considerando igualmente o arredondamento da taxa de administração aplicada, com, no máximo, 02 (duas) casas decimais, à direita da vírgula.



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

8.1.1. A licitante poderá oferecer lances sucessivos, considerando o **valor do ITEM**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema.

8.2.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

8.3. Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas), poderá tê-lo cancelado pelo (a) Pregoeiro (a) através do sistema.

8.4. Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando o licitante a possíveis penalidades constantes neste Edital.

8.5. Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro (a).

8.6. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, a licitante será informada em tempo real do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do seu detentor.**

8.7. Se ocorrer a desconexão do (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7.1. No caso de desconexão na fase de lances por tempo superior a dez minutos, a Sessão do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes, através do chat.

8.8. O valor a ser cadastrado no sistema no campo "Valor total do Item" deverá ser aquele obtido como resultado da aplicação do percentual de taxa sobre o valor hipotético do vale a ser concedido ao servidor, R\$ 16,00, assim exemplificando:

a) se a licitante ofertar taxa de 1,00% (um por cento), ou seja, acréscimo de 1%, o valor a ser cadastrado no campo "valor total do lote" do sistema Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, deverá ser de R\$ 16,16 (dezesseis reais e trinta e dois centavos).

b) se a licitante ofertar taxa de 0,00% (zero por cento), ou seja, sem acréscimo, o valor a ser cadastrado no campo "valor total do lote" do sistema Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, deverá ser de R\$ 16,00 (dezesseis reais).

8.6. A etapa de lances da Sessão Pública ocorrerá pelo **MODO DE DISPUTA ABERTO**, conforme art. 32, do decreto nº 10.024/2019.

8.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **(10) dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos **últimos (2) dois minutos** do período de duração da sessão pública.

8.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de (2) dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.11. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Encerrada a etapa de lances e, classificando-se em primeiro lugar empresa de grande ou médio porte será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, conforme segue:



9.1.1. Identificar-se-ão as propostas ofertadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada, desde que esta também não seja microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.1.2. Ocorrendo o empate ficto, na forma do subitem anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo de 5 (cinco) minutos, situação em que passará à condição de primeira colocada;

9.1.3. Se a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 9.1.1, a apresentação de nova proposta no prazo previsto no subitem anterior.

9.2. Na hipótese de não ser adjudicado o objeto a microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no subitem 9.1.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

9.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na margem prevista no subitem 9.1.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.4. Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências do subitem 9.1.1, será declarada melhor classificada no item a licitante detentora da proposta originariamente de menor valor.

9.5. O disposto nos subitens 9.1.1 a 9.1.3 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como às empresas que deixarem de declarar a condição de beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

9.6. Na hipótese de persistir o empate, as propostas vencedoras, mais bem classificadas, serão sorteadas pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.6.1. Considerando a não aceitação da taxa negativa, o percentual mínimo a ser ofertado para a referida taxa de administração é de 0,00% (zero por cento). Assim, não havendo condições de invocar os benefícios da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 (oportunizando às micro e pequenas empresas a oferta de novos lances) considerando que todas as propostas poderão atingir o menor percentual (0,00%), cumpre-se nesta ocasião o sorteio público (critério de desempate), efetuado de forma automática, pela plataforma do pregão eletrônico, dentre os detentores das propostas em situação de empate, independentemente do porte empresarial a que estejam enquadradas as empresas licitantes, ou qualquer outra especificidade.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da Sessão Pública, o (a) Pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos Licitantes.

10.2. A proposta readequada deverá ser encaminhada, após a negociação, pelo sistema Portal BLL.

10.2.1. O prazo para envio da **PROPOSTA COMERCIAL FINAL AJUSTADA/READEQUADA**, observará prazo não inferior a **2 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, podendo o prazo ser ajustado considerando a necessidade e interesse público, conforme art. 38, § 2º do Decreto 10.024/2019, adequada ao último lance ofertado após a negociação, com a referida taxa de administração, respeitando os critérios de apresentação, nos moldes da proposta inicial com as informações do proponente como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail, atualizados, bem como os dados do Representante Legal para



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

assinatura do Contrato: Nome, CPF, RG, função, telefone, e-mail e os dados Bancários: Banco, Agência, Conta e Nome, podendo ser utilizado modelo do edital, anexo VI.

10.2.2. No caso de apresentação de documentos complementares à proposta final readequada, serão desconsiderados aqueles documentos que disserem respeito à habilitação e que não tiverem sido anexados no Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL em momento propício.

11. DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

11.1. Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 10, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Edital, observado o disposto no parágrafo único, do art. 7º, e no § 9º, do art. 26, do Decreto nº 10.024/2019, e verificará a habilitação do Licitante.

11.1.1. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38, do Decreto nº 10.024/2019.

11.2. Após a análise da proposta e documentação, o (a) Pregoeiro (a) anunciará o Licitante Vencedor.

11.3. Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito, ou se o Licitante Vencedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

12. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou realizar pedidos de esclarecimentos referentes ao presente processo licitatório, devendo protocolar o pedido no prazo de **até 03 (três) dias úteis** antes da data limite para o registro das propostas, por meio eletrônico, nos termos do que dispõem os artigos 23 e 24 do Decreto Federal 10.024/2019, através do **Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL**.

12.1.1. Somente se iniciam e vencem os prazos estabelecidos neste Edital em dia de expediente da Administração Pública do Município de Descanso/SC.

12.2. O horário limite para recebimento das **impugnações é às 07h29min** da data especificada no sistema, considerando o horário de expediente desta Administração.

12.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do site do Município de Descanso e vincularão os participantes e a Administração.

12.3.1. Eventuais alterações no edital serão divulgadas pelo mesmo meio de publicação utilizado para a divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, salvo se a alteração não afetar a formulação das propostas.

12.4. **Não serão aceitas impugnações/pedidos de esclarecimentos encaminhados via e-mail e por qualquer outro meio que não o Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.**

12.5. Os licitantes poderão obter informações acerca do presente edital no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Descanso/SC, situado na Avenida Marechal Deodoro, nº 146, centro, Descanso/SC, pelo telefone (0xx49 – 3623-0161), de segunda a sexta-feira, no horário de expediente, e retirar o edital na íntegra no site do Município (www.descanso.sc.gov.br).



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

12.6. Declarado o vencedor, decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas, se for o caso, o(a) pregoeiro(a) concederá o prazo de no mínimo 30 minutos, a contar da comunicação via chat, dentro do qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

12.6.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/02, **devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso.**

12.6.2. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo (a) Pregoeiro (a).

12.6.3. Aberto o prazo previsto no item 12.6, e somente durante o prazo concedido pelo (a) pregoeiro (a) para manifestação da intenção de recusal, poderão ser solicitados via e-mail, os documentos de habilitação da empresa declarada vencedora no certame, no endereço eletrônico: compras@descanso.sc.gov.br.

12.6.3.1. Para tanto, obrigatoriamente, via chat da plataforma, o desejo do recebimento dos documentos de habilitação da empresa declarada vencedora, deve ser registrado para que haja ciência a todos os licitantes. Tal conduta, será assegurada, considerando fundamentar e efetivamente motivar as eventuais intenções de recurso, bem como, a garantia da plena publicidade dos atos.

12.7. O licitante que manifestar a intenção de recurso disporá o prazo de **03 (três) dias** para a apresentação das razões do recurso (art. 44, §1º, Decreto 10.024/2019), exclusivamente por meio eletrônico, através do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

12.8. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **03 (três) dias**, contados da data final do prazo do recorrente (art. 44, §2º, Decreto 10.024/19).

12.9. As razões e contrarrazões dos recursos deverão ser protocolados pelo interessado por meio eletrônico, através do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

12.10. **Não serão aceitos recursos encaminhados via e-mail.**

12.11. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, e o (a) Pregoeiro (a) estará autorizado (a) a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.12. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12.13. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como aqueles encaminhados por meios que não o Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

12.14. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, o licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12.15. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados no Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, que será atualizado automaticamente a cada nova etapa do certame.

13. DA DESPESA

13.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Edital correrão à conta com recursos próprios do Município de Descanso/SC.

Entidade: **MUNICÍPIO DE DESCANSO:**

Funcional:	04.122.0029.2.002 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIA JURÍDICA
Especificação:	2 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	08.243.0021.2.003 - ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
Especificação:	5 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	04.122.0029.2.005 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

Especificação:	12 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	04.131.0029.2.006 - ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO OFICIAL
Especificação:	17 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	04.122.0029.2.007 - COMPRAS/LICITAÇÕES E PATRIMÔNIO
Especificação:	20 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	04.123.0029.2.008 - SERVIÇOS FAZENDÁRIOS E PLANEJAMENTO
Especificação:	23 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	04.124.0029.2.009 - SERVIÇOS CONTÁBEIS E COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO
Especificação:	29 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	22.122.0003.2.010 - MANUTENÇÃO DO DPTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Especificação:	32 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	12.122.0030.2.016 - MANUTENÇÃO DO DPTO DE EDUCAÇÃO
Especificação:	48 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	12.361.0030.2.017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Especificação:	51 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	12.361.0030.2.018 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Especificação:	54 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	12.365.0030.2.022 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE
Especificação:	62 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	12.365.0030.2.023 - EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLA
Especificação:	65 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	13.392.0031.2.024 - MANUTENÇÃO DO DPTO DE CULTURA
Especificação:	69 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	27.812.0032.2.027 - MANUTENÇÃO DO DPTO DE ESPORTES E ATIVIDADES ESPORTIVAS
Especificação:	81 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	26.782.0033.2.029 – MANUT. DA FROTA E CONSERV.RECUP.DAS ESTRADAS MUNICIPAIS
Especificação:	88 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	15.451.0034.2.030 - MANUT.E FUNC.DPTO.OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Especificação:	92 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	15.452.0034.2.031 - MANUTENÇÃO DE VIAS, PRAÇAS, JARDINS E CEMITÉRIO
Especificação:	95 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	17.512.0034.2.035 - AMPL MANUT E MELHORIAS NO ABASTEC DE ÁGUA
Especificação:	102 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	20.122.0011.2.036 - MANUTENÇÃO DO DPTO DE AGRICULTURA
Especificação:	105 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	20.608.0011.2.037 - INCENTIVO E ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL
Especificação:	108 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	20.609.0012.2.039 – DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

Avenida Marechal Deodoro, 146 - Centro - Cep 89910-000 - Fone: (49) 3623-0161

<http://www.descanso.sc.gov.br> - E-mail: compras@descanso.sc.gov.br



Especificação:	113 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS
Funcional:	18.122.0035.2.040 - MANUTENÇÃO DO DPTO.DE MEIO AMBIENTE E FMMA
Especificação:	116 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	18.541.0035.2.041 - INCENT A PRESERV E CONSERV AMBIENTAL(VIVEIRO MUNICIPAL)
Especificação:	119 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	08.122.0014.2.044 - MANUT.E FUNC.DA SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Especificação:	128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	08.244.0017.2.048 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE
Especificação:	141 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	08.244.0016.2.049 - GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Especificação:	137 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	28.846.0027.0.002 - DESPESAS DIVERSAS AO ENCARGO DO MUNICÍPIO
Especificação:	157 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Entidade: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

Funcional:	10.122.0037.2.061 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FMS
Especificação:	3 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	10.301.3337.2.063 – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
Especificação:	9 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	10.305.0037.2.067 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Especificação:	16 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	10.304.0037.2.068 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Especificação:	19 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Entidade: **CAMARA DE VEREADORES:**

Funcional:	01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO
Especificação:	3 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

14. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. A licitante vencedora deverá, em até 20 (vinte) dias consecutivos, (contados da data de recebimento por parte do Setor de Licitações do Contrato assinado pela Empresa), promover o cadastramento de, no mínimo, 05 (cinco) estabelecimentos fornecedores que inclua em suas atividades gêneros alimentícios, entendendo-se como: fruteira, padaria, restaurantes e mercados, com no mínimo 2 credenciados para o item mercados, devendo estes estarem localizados no Município de Descanso/SC.

14.2. A licitante deverá ainda apresentar planilha de composição dos custos do produto/serviço a ser fornecido, demonstrando a exequibilidade da relação contratual.

a) Considera-se preço manifestamente inexequível aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação ou que não venha a ter demonstrada a sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto do Pregão.

14.3. O Setor de Licitações entrará em contato via e-mail com a licitante vencedora deixando-a ciente do recebimento do Contrato assinado e estipulando as datas para promover o cadastramento dos credenciados.

14.4. A licitante vencedora após o cadastro dos estabelecimentos deverá manter e comprovar conforme descrito no item 14.1 deste edital, que possui no mínimo, 05 (cinco) estabelecimentos credenciados durante toda a vigência do contrato, mantendo lista



atualizada, encaminhada ao Setor de Recursos Humanos deste Município, sempre que houverem modificações dos estabelecimentos credenciados.

14.5. A licitante vencedora deverá disponibilizar, sem custos, um cartão magnético com chip eletrônico de segurança para cada servidor, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da data de recebimento da Solicitação de Fornecimento e da listagem de nomes dos servidores usuários, fornecidas pelo Setor de Recursos Humanos do Município.

14.5.1. A exigência de “chip eletrônico de segurança” já está pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, visto que “A jurisprudência do TCU é no sentido de que tal exigência é lícita, conforme Acórdão 1.228/2014 – TCU – Plenário”, proferido em representação de autoria da mesma empresa que ora representa. (...) mas que “a jurisprudência deste Tribunal já está pacificada a respeito de não haver irregularidade na exigência de cartões magnéticos com chip para os itens licitados”. (TCU. Acórdão nº 4674/2014-2º Câmara, TC-020.023/2014-6, rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 9.9.2014).

14.6. A quantidade ESTIMADA de cartões de vale alimentação é de 300 (trezentos), o que pode variar conforme a admissão ou exoneração de funcionários.

14.7. Refazer os cartões, sem ônus adicionais, nos casos de erro de impressão, defeitos nas codificações e falhas no controle de qualidade dos mesmos. Os cartões defeituosos deverão ser substituídos pela empresa contratada, às suas expensas e sem ônus para o Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contadas da comunicação feita pelo Setor de Recursos Humanos deste Município.

14.8. Não será admitida a cobrança de anuidade dos servidores usuários dos cartões.

14.9. A licitante vencedora deverá proceder, sem ônus adicionais, as substituições dos cartões nos casos de perdas, danos ou falhas que impossibilitem sua utilização e também em função de extravio, perda, furto, quebra fornecer segundas vias dos cartões que forem necessários, enviando relatórios mensais de tais ocorrências ao Setor de Recursos Humanos deste Município.

14.10. Realizar, até o último dia útil de cada mês, impreterivelmente, as cargas dos créditos eletrônicos nos cartões magnéticos dos servidores beneficiários do vale-alimentação, de acordo com a relação nominal e respectivos valores, fornecida pelo Setor de Recursos Humanos deste Município.

14.10.1. O Município de Descanso encaminhará relatório ou arquivo com o valor do crédito que deverá ser disponibilizado para cada servidor, até o antepenúltimo dia útil.

14.11. A licitante vencedora deverá prestar todo o suporte necessário ao cumprimento dos serviços, com a devida tecnologia de sistemas que permitam controlar e autorizar a utilização dos cartões, de modo que estes possuam acesso a saldo, comunicação de perda ou roubo e demais informações ou dúvidas, bem como para reclamações em geral, independentemente da existência de ponto físico de atendimento instalado no Município de Descanso.

15. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1. A licitante vencedora compete:

15.1.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora a execução dos serviços objeto deste Edital.

15.1.2. A licitante vencedora fica obrigadas a executar os serviços referente ao objeto deste Edital, nas condições estipuladas neste edital e nos preços e prazos estipulados na sua proposta, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

15.1.3. Comunicar imediatamente ao Município qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços contratados.

15.1.4. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município de Descanso, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a licitante vencedora a promover a devida regularização.



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

15.1.5. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil da licitante vencedora por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

15.1.6. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

15.1.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Descanso ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

15.1.8. Refazer, corrigir, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços que venham a apresentar desconformidades com as exigências especificadas no respectivo edital, sem ônus ao Município de Descanso, nos termos do que assegura o art. 69 da Lei n. 8.666/93.

15.1.9. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo Município de Descanso.

15.1.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.

15.1.11. É de responsabilidade da licitante vencedora todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciárias, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município de Descanso isento de qualquer responsabilidade civil ou criminal.

15.1.12. É vedada a subcontratação.

15.2. Ao Município de Descanso compete:

15.2.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, bem como com relação à eficiência e à efetividade na entrega, anotando em registro próprio eventuais falhas detectadas.

15.2.2. Notificar a licitante vencedora, por escrito, de quaisquer irregularidades ou imperfeições que venham a ocorrer, em função da execução dos serviços objeto deste edital, visando a sua regularização, fixando prazo para as devidas correções.

15.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a licitante vencedora eventualmente executar fora das especificações contidas no Edital e seus anexos.

15.2.4. Efetuar os pagamentos no prazo e forma estabelecidos neste instrumento convocatório.

15.2.5. Fornecer todos os elementos e informações indispensáveis à execução dos serviços.

15.2.6. Também compete à Administração Municipal adotar as medidas necessárias no caso de a empresa não se adequar nas exigências legais.

16. DAS PENALIDADES

16.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93, bem como no Decreto Federal n 10.024/19.

16.2. Nos termos do art. 49 do Decreto 10.024/2019 e do art. 50 do Decreto Municipal nº 2152/2020, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Descanso pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;



- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

16.2.1. As sanções descritas no item 16.2 também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

16.2.2. As sanções serão registradas e publicadas no CEIS E CNEP.

16.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, o MUNICIPIO DESCANSO, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão de contratar com Administração Pública por até 02 anos.

16.3. Nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.7. A penalidade de multa, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, garantida a prévia defesa aos licitantes e/ou adjudicatários.

16.8. A Administração Municipal de Descanso poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

17. DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato oriundo deste Processo Licitatório será administrado por um representante designado pelo Município de Descanso.

17.2. O acompanhamento e fiscalização do fornecimento consistem na verificação da conformidade do fornecimento e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, que serão exercidos, por um representante da Secretaria responsável, especialmente designado na forma do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

17.3. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com o fornecimento do serviço serão registradas pelo representante da Secretaria competente, constituindo tais registros, documentos legais.

17.4. A ação da fiscalização não exonera a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

18. DA FORMA DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento pela execução dos serviços, objeto deste edital, será efetuado mensalmente, mediante depósito/transferência bancária em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação da



respectiva Nota Fiscal, para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento, considerando estar em consonância com os estágios da despesa, previstos na Lei n. 4.320/64, de forma expressa, portanto, neste instrumento convocatório.

18.1.1. A nota fiscal que eventualmente for apresentada com erros ou inconsistências será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no subitem 18.1 os dias que se passarem entre a data de devolução e a de sua reapresentação.

18.2. A licitante vencedora deverá prestar esclarecimentos ao contratante a qualquer tempo caso ocorra reclamação por falta de pagamento aos fornecedores.

18.2.1. Não serão efetuados pagamentos antecipados tendo em vista a consonância com os estágios da despesa, previstos na Lei n. 4.320/64.

18.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

18.4. A CONTRATANTE somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

18.5. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado para o e-mail: comprasnf@descanso.sc.gov.br.

19. CONTRATO E VIGÊNCIA

19.1. Após a emissão do contrato, será(ão) o(s) fornecedores(s) notificado(s) e convocado(s) para, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, assinar(em) o pertinente contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2. No ato de formalização do contrato, deverá o fornecedor indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

19.3. O contrato decorrente desta licitação terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2022 a contar da data de sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por meio de termo aditivo, nos termos do artigo 57, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, até o limite de 60 (sessenta) meses.

19.4. Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, o fornecedor subsequente, na ordem de classificação, será notificado e o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor.

20. DO REAJUSTE E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

20.1. O percentual proposto pela licitante vencedora é fixo e irrevogável, durante a vigência contratual e as possíveis prorrogações.

20.2. O Contrato oriundo deste processo licitatório poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, desde que devidamente comprovados, sempre através da formalização de termos aditivos.

20.3. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, em decorrência de alteração de cláusulas contratuais ou de situações previstas na Lei n. 8.666/93, após prévia análise do Município, respeitados os limites legais previstos no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

20.4. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, nos termos do que assegura o art. 65, §2º, II da Lei nº. 8.666/93.



21. DA RESCISÃO CONTRATUAL

21.1. A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

21.2. A rescisão contratual poderá ser:

21.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

21.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. O Município reserva-se o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la por ilegalidade.

22.2. A apresentação da proposta pelo licitante implica plena aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura o licitante for declarado vencedor, ao cumprimento de todas as disposições contidas no certame.

22.3. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e/ou documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.4. Nenhuma indenização será devida ao licitante por apresentar documentação, proposta e/ou amostra relativa ao presente certame.

22.5. No interesse da Administração, sem que caiba ao licitante qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) Adiada sua abertura;

b) Alterado o Edital, com fixação de novo prazo para realização do certame.

22.6. O resultado desta licitação será lavrado em ata eletrônica, a qual ficará disponível nos sites do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br e www.descanso.sc.gov.br (Portal da Transparência > Licitações).

22.7. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, as partes elegem o Foro da Comarca de Descanso, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22.8. As omissões do presente edital serão preenchidas pelos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

22.9. Fazem parte do presente Edital:

a) Anexo I – Termo de Referência;

b) Anexo II – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

d) Anexo III – Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

e) Anexo IV – Declaração de Idoneidade;

e) Anexo V – Minuta do contrato;

f) Anexo VI – Modelo de Proposta de preço;

23. DO FORO

23.1. Todas as controvérsias ou reclames, relativos ao presente Processo Licitatório serão resolvidos pela Comissão, administrativamente, ou no Foro da Comarca de Descanso – SC.

Descanso/SC, 07 de julho de 2022.



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

SADI INÁCIO BONAMIGO

Prefeito do Município de Descanso

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

ROGÉRIO DE LEMES

OAB/SC-21.018

Assessor Jurídico



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2022
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 14/2022

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: Contratação de empresa especializada para efetuar repasse dos valores referentes ao fornecimento de Vale Alimentação aos servidores do Município de Descanso/SC, de acordo com as Leis Autorizativas 1919/2022 (Poder Executivo) e 1921/2022 (Poder Legislativo), por meio de cartão magnético com chip eletrônico de segurança, para aquisição de alimentação em estabelecimentos comerciais cadastrados.

1.1. QUADRO DE QUANTIDADES:

Item	Quantidade de Cartões Estimada	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total Estimado Mensal
01	300	Valor unitário/dia para o repasse de valores referente ao vale alimentação dos Servidores Públicos do Município de Descanso/SC, por meio de cartão magnético com chip eletrônico de segurança.	16,16 (+1%)	101.808,00

* Considera-se o período de referência de 21 (vinte e um) dias trabalhados.

1.2. FORMA DE APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

Item	Quantidade de Cartões Estimada	Descrição	Preço Unit. Máximo	Taxa de Administração (Não sendo admitida Taxa Negativa)	Preço Uni. reajustado com a Taxa (valor da proposta)
01	300		16,16	%	R\$

1.2.1. Forma de julgamento, **MENOR PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, *não sendo aceita taxa negativa*.

1.3. EXEMPLOS:

1.3.1 Exemplo 1:

Item	Descrição	Preço Unit. Máximo	Taxa de Administração (Não sendo admitida Taxa Negativa)	Preço Uni. reajustado com a Taxa
01	Valor unitário para o repasse de valores referente ao vale alimentação dos Servidores Públicos do Município de Descanso, por meio de cartão magnético com chip eletrônico de segurança.	16 Este Valor será pago pela Empresa para os Servidores	+1,00 % Neste Exemplo, aplicou-se taxa	R\$ 16,16 Este Valor será pago pela Prefeitura para a Empresa. (VALOR DA PROPOSTA)



1.3.1 Exemplo 2:

Item	Descrição	Preço Unit. Máximo	Taxa de Administração (Não sendo admitida Taxa Negativa)	Preço Uni. reajustado com a Taxa
01	Valor unitário para o repasse de valores referente ao vale alimentação dos Servidores Públicos do Município de Descanso, por meio de cartão magnético com chip eletrônico de segurança.	16,00 Este Valor será pago pela Empresa para os Servidores	+0,00 % Neste Exemplo, não aplicou-se taxa	R\$ 16,00 Este Valor será pago pela Prefeitura para a Empresa. <u>(VALOR DA PROPOSTA)</u>

1.4. ESPECIFICAÇÕES GERAIS:

- Prazo de vigência: **31/12/2022**.
- Validade da proposta: **60 (sessenta) dias**.
- **O valor de cada vale alimentação pago por dia trabalhado ao Servidor Público é de R\$ 16,00, podendo variar de acordo com o reajuste anual.**
 - O município de Descanso pagará para a Empresa Vencedora o valor que a mesma ofertou em sua Proposta Final, de acordo com sua Taxa de Administração, não se admitindo valor de percentual inferior a 0,00% (zero por cento) e nem superior a 1,00% (um por cento).
 - O valor total ESTIMADO de vale alimentação POR MÊS é de R\$ 101.808,00 (cento e um mil e oitocentos e oito reais). Este valor varia conforme a quantidade de dias úteis trabalhados e/ou número de funcionários e/ou se o valor disponibilizado é integral ou parcial e/ou outros fatores que possam interferir no benefício.
 - A quantidade ESTIMADA de cartões é de 300 (trezentos). Esta quantidade pode variar conforme o número de Servidores Públicos, de acordo com possíveis contratações e exonerações ao decorrer dos períodos.
 - O percentual fixado compreende todas as despesas e custos que, direta ou indiretamente, tenham relação com a perfeita execução deste contrato, constituindo-se na única remuneração devida.
 - O percentual contratado será fixo e irrevogável, considerando o prazo de vigência contratual.
 - Não será admitida taxa negativa, considerando as disposições legais instituídas pela Lei 6.321/1976 e Decreto 10.854/2021.

2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA E DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

2.1. Da Qualificação Econômica Financeira

2.1.1 Certidão Negativa de Pedidos de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo(s) Distribuidor(es) da sede da empresa, observando-se a consulta a todos eles, em caso de mais de um, e, expedida há menos de 90 (noventa) dias contados da data de abertura dos envelopes de habilitação.

2.1.1.1. Considerando a implantação do sistema EPROC no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º/4/2019, as certidões dos modelos "Cível" e "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverão ser solicitadas tanto no sistema EPROC quando no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

2.1.2. Comprovação do capital social mínimo ou do patrimônio líquido em valor não inferior a 10% (dez pontos percentuais) aplicados sobre o valor total de 6 (seis) meses ESTIMADO R\$ 604.800,00 (seiscentos e quatro mil, oitocentos reais) que corresponde ao valor deste Processo Licitatório, para contratação até a data da abertura desta licitação.

2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da sociedade, - vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

1) No caso de sociedade anônima, apresentar as publicações na imprensa oficial do balanço e demonstrações contábeis.

2) As empresas não obrigadas à publicação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis deverão apresentar cópias legíveis e autenticadas, das páginas do diário geral e dos termos de abertura e encerramento do diário geral, registrados na junta comercial ou no cartório de registro de títulos e documentos.

2.1.4. A licitante deverá apresentar planilha com o CÁLCULO demonstrativo da boa situação financeira da empresa, apresentada em papel timbrado da licitante mediante assinatura do contador responsável, identificado com nome e n.º do CRC, por meio da apuração das demonstrações contábeis do último exercício, aplicadas as seguintes fórmulas:

Quociente de Liquidez Corrente (Maior ou Igual à 1,00) $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Quociente de Liquidez Geral (Maior ou Igual à 1,00) $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível à Longo Prazo}}$
Solvência Geral (Maior ou Igual à 1,00) $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível à Longo Prazo}}$

2.1.4.1. Será inabilitado licitante que não obtiver no mínimo os seguintes índices:

- Quociente de Liquidez Corrente: Maior ou igual a 1,00;
- Quociente de Liquidez Geral: Maior ou igual a 1,00;
- Solvência Geral: Maior ou igual a 1,00;

2.2. Da Qualificação Técnica:

2.2.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) de direito público ou privado, contendo a identificação da pessoa jurídica emitente (nome, cargo/função do signatário, endereço completo do emitente, telefone e e-mail), demonstrando que o licitante executou o serviço de administração e gerenciamento dos cartões de alimentação.

2.2.1.1. Será considerado compatível com a quantidade o (s) atestados que apresentar (em), no mínimo, 150 (cento e cinquenta) cartões de vale alimentação, (correspondente a 50% do total mensal previsto de cartões de vale alimentação deste Processo Licitatório).

2.2.1.2. Para efeito do item anterior, será admitido somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados, desde que não sejam a soma de quantidades não se configure a execução sucessiva de objetos de pequena dimensão.

2.2.1.3. Na comprovação de qualificação técnica deverá constar o número de cartões de vale alimentação fornecidos em cada um, para fins de aferição do quantitativo compatível com o do item mencionado anteriormente.



2.2.1.4. Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que promoverá, no prazo estabelecido, o cadastramento dos estabelecimentos fornecedores nos termos previstos no Edital e seus anexos.

3. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

3.1. A licitante vencedora deverá, em até 20 (vinte) dias consecutivos, (contados da data de recebimento por parte do Setor de Licitações do Contrato assinado pela Empresa), promover o cadastramento de, no mínimo, 05 (cinco) estabelecimentos fornecedores que inclua em suas atividades gêneros alimentícios, entendendo-se como: fruteira, padaria, restaurantes e mercados, com no mínimo 2 credenciados para o item mercados, devendo estes estarem localizados no Município de Descanso/SC.

3.2. O Setor de Licitações entrará em contato via e-mail com a licitante vencedora deixando-a ciente do recebimento do Contrato assinado e estipulando as datas para promover o cadastramento dos credenciados.

3.3. A licitante vencedora após o cadastro dos estabelecimentos deverá manter e comprovar conforme descrito no item 3.1 deste edital, que possui no mínimo, 05 (cinco) estabelecimentos credenciados durante toda a vigência do contrato.

3.4. A licitante vencedora deverá disponibilizar, sem custos, um cartão magnético com chip eletrônico de segurança para cada servidor, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da data de recebimento da Solicitação de Fornecimento e da listagem de nomes dos servidores usuários, fornecidas pelo Setor de Recursos Humanos do Município.

3.4.1. A exigência de “chip eletrônico de segurança” já está pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, visto que “A jurisprudência do TCU é no sentido de que tal exigência é lícita, conforme Acórdão 1.228/2014 – TCU – Plenário”, proferido em representação de autoria da mesma empresa que ora representa. (...) mas que “a jurisprudência deste Tribunal já está pacificada a respeito de não haver irregularidade na exigência de cartões magnéticos com chip para os itens licitados”. (TCU. Acórdão nº 4674/2014-2º Câmara, TC-020.023/2014-6, rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 9.9.2014).

3.5. A quantidade ESTIMADA de cartões de vale alimentação é de 300 (trezentos), o que pode variar conforme a admissão ou exoneração de funcionários.

3.6. Refazer os cartões, sem ônus adicionais, nos casos de erro de impressão, defeitos nas codificações e falhas no controle de qualidade dos mesmos. Os cartões defeituosos deverão ser substituídos pela empresa contratada, às suas expensas e sem ônus para o Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contadas da comunicação feita pelo Setor de Recursos Humanos deste Município.

3.7. Não será admitida a cobrança de anuidade dos servidores usuários dos cartões.

3.8. A licitante vencedora deverá proceder, sem ônus adicionais, as substituições dos cartões nos casos de perdas, danos ou falhas que impossibilitem sua utilização e também em função de extravio, perda, furto, quebra fornecer segundas vias dos cartões que forem necessários, enviando relatórios mensais de tais ocorrências ao Setor de Recursos Humanos deste Município.

3.9. Realizar, até o último dia útil de cada mês, impreterivelmente, as cargas dos créditos eletrônicos nos cartões magnéticos dos servidores beneficiários do vale-alimentação, de acordo com a relação nominal e respectivos valores, fornecida pelo Setor de Recursos Humanos deste município.

3.9.1. O Município de Descanso encaminhará relatório ou arquivo com o valor do crédito que deverá ser disponibilizado para cada servidor, até o antepenúltimo dia útil de cada mês.

3.10. A licitante vencedora deverá prestar todo o suporte necessário ao cumprimento dos serviços, com a devida tecnologia de sistemas que permitam controlar e autorizar a utilização dos cartões, de modo que estes possuam acesso a saldo, comunicação de perda ou roubo e demais informações ou dúvidas, bem como para reclamações em geral, independentemente da existência de ponto físico de atendimento instalado no Município de Descanso.



3.11. O pagamento pela execução dos serviços, objeto deste edital, será efetuado mensalmente, mediante depósito/transferência bancária em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento, considerando estar em consonância com os estágios da despesa, previstos na Lei n. 4.320/64, de forma expressa, portanto, neste instrumento convocatório.

3.11.1. A nota fiscal que eventualmente for apresentada com erros ou inconsistências será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no subitem 3.11 os dias que se passarem entre a data de devolução e a de sua reapresentação.

3.12. A licitante vencedora deverá prestar esclarecimentos ao contratante a qualquer tempo caso ocorra reclamação por falta de pagamento aos fornecedores.

3.12.1. Não serão efetuados pagamentos antecipados tendo em vista a consonância com os estágios da despesa, previstos na Lei n. 4.320/64.

3.13. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.14. A CONTRATANTE somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. A licitante vencedora compete:

4.1.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora a execução dos serviços objeto deste Edital.

4.1.2. A licitante vencedora fica obrigadas a executar os serviços referente ao objeto deste Edital, nas condições estipuladas neste edital e nos preços e prazos estipulados na sua proposta, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

4.1.3. Comunicar imediatamente ao Município qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços contratados.

4.1.4. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município de Descanso, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a licitante vencedora a promover a devida regularização.

4.1.5. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil da licitante vencedora por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.1.6. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.1.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Descanso ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

4.1.8. Refazer, corrigir, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços que venham a apresentar desconformidades com as exigências especificadas no respectivo edital, sem ônus ao Município de Descanso, nos termos do que assegura o art. 69 da Lei n. 8.666/93.

4.1.9. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo Município de Descanso.

4.1.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.



4.1.11. É de responsabilidade da licitante vencedora todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciárias, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município de Descanso isento de qualquer responsabilidade civil ou criminal.

4.1.12. É vedada a subcontratação.

4.2. Ao Município de Descanso compete:

4.2.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, bem como com relação à eficiência e à efetividade na entrega, anotando em registro próprio eventuais falhas detectadas.

4.2.2. Notificar a licitante vencedora, por escrito, de quaisquer irregularidades ou imperfeições que venham a ocorrer, em função da execução dos serviços objeto deste edital, visando a sua regularização, fixando prazo para as devidas correções.

4.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a licitante vencedora eventualmente executar fora das especificações contidas no Edital e seus anexos.

4.2.4. Efetuar os pagamentos no prazo e forma estabelecidos neste Edital.

4.2.5. Fornecer todos os elementos e informações indispensáveis à execução dos serviços.

4.2.6. Também compete à administração municipal adotar as medidas necessárias no caso de a empresa não se adequar nas exigências legais.

Descanso/SC, 07 de julho de 2022.

Maiko Daniel Bonamigo

Secretário Municipal de Administração



ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2022
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 14/2022

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no Edital de Pregão Presencial supramencionado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

....., de de 2022.

Assinatura e carimbo DIGITALIZADO
(representante legal)



ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2022
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 14/2022

DECLARAÇÃO DE MENORES (ART. 7º, XXXIII, CF)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

....., de de 2022.

ASSINATURA E CARIMBO DIGITALIZADO



ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2022
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 14/2022

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, instaurado por esse órgão público, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Por expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____ de 2022.

Nome completo do(s) representante(s) legal(is) da Empresa.



ANEXO V

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2022
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 14/2022**

MINUTA DE CONTRATO

Processo Licitatório Nº/20222

Pregão Eletrônico Nº/2022

O MUNICÍPIO DE DESCANSO, pessoa jurídica de direito público, sito à Avenida Marechal Deodoro, nº 146, inscrito no CNPJ nº 83.026.138/0001-97, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **SADI INÁCIO BONAMIGO**, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na Rua Pedro Lorenski, nº 57, centro, cidade de Descanso, estado de Santa Catarina, portador do CPF nº 469.171.879-68 e Cédula de Identidade sob nº 1.159.210, expedida em 20/02/2009 pela SSP/SC e de outro lado, inscrita no CNPJ sob Nº, com sede, neste ato representada por, Portador do CPF nº, com endereço, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O Objeto do presente contrato consiste na Contratação de empresa especializada para efetuar repasse dos valores referentes ao fornecimento de Vale Alimentação aos servidores do Município de Descanso/SC, de acordo com a Lei Autorizativa/2022, por meio de cartão magnético com chip eletrônico de segurança, para aquisição de alimentação em estabelecimentos comerciais cadastrados, conforme Edital e seus anexos que originaram o presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto deste contrato deverá ser executado em estrita obediência ao instrumento convocatório, devendo ser observados integralmente o edital de licitação e seus anexos, bem como a proposta elaborada pela CONTRATADA e Ata da Sessão, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento, para todos os fins de direito, sendo qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, considerado especificado e válido.

2.2. A CONTRATADA deverá, em até 20 (vinte) dias consecutivos, (contados da data de recebimento por parte do Setor de Licitações do Contrato assinado pela Empresa), promover o cadastramento de, no mínimo, 05 (cinco) estabelecimentos fornecedores que inclua em suas atividades gêneros alimentícios, entendendo-se como: fruteira, padaria, restaurantes e mercados, com no mínimo 2 credenciados para o item mercados, devendo estes estarem localizados no Município de Descanso/SC.

2.3. O Setor de Licitações entrará em contato via e-mail com a licitante vencedora deixando-a ciente do recebimento do Contrato assinado e estipulando as datas para promover o cadastramento dos credenciados.

2.4. A licitante vencedora após o cadastro dos estabelecimentos deverá manter e comprovar conforme descrito na sub clausula 2.2 deste edital, que possui no mínimo, 05 (cinco) estabelecimentos credenciados durante toda a vigência do contrato.



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

2.5. A licitante vencedora deverá disponibilizar, sem custos, um cartão magnético com chip eletrônico de segurança para cada servidor, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da data de recebimento da Solicitação de Fornecimento e da listagem de nomes dos servidores usuários, fornecidas pelo Setor de Recursos Humanos do Município.

2.5.1. A exigência de “chip eletrônico de segurança” já está pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, visto que “A jurisprudência do TCU é no sentido de que tal exigência é lícita, conforme Acórdão 1.228/2014 – TCU – Plenário”, proferido em representação de autoria da mesma empresa que ora representa. (...) mas que “a jurisprudência deste Tribunal já está pacificada a respeito de não haver irregularidade na exigência de cartões magnéticos com chip para os itens licitados”. (TCU. Acórdão nº 4674/2014-2º Câmara, TC-020.023/2014-6, rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalacanti, 9.9.2014).

2.6. A quantidade ESTIMADA de cartões de vale alimentação é de 300 (trezentos), o que pode variar conforme a admissão ou exoneração de funcionários.

2.7. Refazer os cartões, sem ônus adicionais, nos casos de erro de impressão, defeitos nas codificações e falhas no controle de qualidade dos mesmos. Os cartões defeituosos deverão ser substituídos pela empresa contratada, às suas expensas e sem ônus para o Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contadas da comunicação feita pelo Setor de Recursos Humanos deste Município.

2.8. Não será admitida a cobrança de anuidade dos servidores usuários dos cartões.

2.9. A licitante vencedora deverá proceder, sem ônus adicionais, as substituições dos cartões nos casos de perdas, danos ou falhas que impossibilitem sua utilização e também em função de extravio, perda, furto, quebra fornecer segundas vias dos cartões que forem necessários, enviando relatórios mensais de tais ocorrências ao Setor de Recursos Humanos deste Município.

2.10. Realizar, até o último dia útil de cada mês, impreterivelmente, as cargas dos créditos eletrônicos nos cartões magnéticos dos servidores beneficiários do vale-alimentação, de acordo com a relação nominal e respectivos valores, fornecida pelo Setor de Recursos Humanos deste município.

2.10.1. O Município de Descanso encaminhará relatório ou arquivo com o valor do crédito que deverá ser disponibilizado para cada servidor, até o antepenúltimo dia útil de cada mês.

2.11. A licitante vencedora deverá prestar todo o suporte necessário ao cumprimento dos serviços, com a devida tecnologia de sistemas que permitam controlar e autorizar a utilização dos cartões, de modo que estes possuam acesso a saldo, comunicação de perda ou roubo e demais informações ou dúvidas, bem como para reclamações em geral, independentemente da existência de ponto físico de atendimento instalado no Município de Descanso.

2.12. O pagamento pela execução dos serviços, objeto deste edital, será efetuado mensalmente, mediante depósito/transferência bancária em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento, considerando estar em consonância com os estágios da despesa, previstos na Lei n. 4.320/64, de forma expressa, portanto, neste instrumento convocatório.

2.12.1. A nota fiscal que eventualmente for apresentada com erros ou inconsistências será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no subitem 2.12 os dias que se passarem entre a data de devolução e a de sua reapresentação.

2.13. A licitante vencedora deverá prestar esclarecimentos ao contratante a qualquer tempo caso ocorra reclamação por falta de pagamento aos fornecedores.

2.13.1. Não serão efetuados pagamentos antecipados tendo em vista a consonância com os estágios da despesa, previstos na Lei n. 4.320/64.



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

2.14. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

2.15. A CONTRATANTE somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O preço certo e ajustado entre as partes pelo perfeito e integral fornecimento do objeto do presente contrato é de R\$ 16,00 (dezesesseis reais) referente ao preço unitário do repasse do vale alimentação, sendo a Taxa de Administração de _____%, conforme proposta apresentada pela contratada:

Item	Quantidade de Cartões Estimada	Descrição	Preço Unit.	Taxa de Administração	Preço Uni. Reajustado com a Taxa
01	300	Valor unitário para o repasse de valores referente ao vale alimentação dos Servidores Públicos do Município de Descanso, por meio de cartão magnético com chip eletrônico de segurança.	16,00 Este Preço será pago pela Empresa para os Servidores.	(--)% Este Preço será pago pela Prefeitura para a Empresa.

3.1.1. O valor total **ESTIMADO** de vales alimentação POR MÊS é de R\$ 101.808,00 (cento e um mil e oitocentos e oito reais). Este valor varia conforme a quantidade de dias úteis e/ou número de funcionários e/ou se o valor disponibilizado é integral ou parcial e/ou outros fatores que possam interferir no benefício.

3.2. O percentual fixado nesta cláusula compreende todas as despesas e custos que, direta ou indiretamente, tenham relação com a perfeita execução deste contrato, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3. O percentual contratado será fixo e irrevogável, considerando o prazo de vigência contratual.

3.4. A Contratada deverá realizar, até o último dia útil de cada mês, impreterivelmente, as cargas dos créditos eletrônicos nos cartões magnéticos dos servidores beneficiários do vale-alimentação, de acordo com a relação nominal e respectivos valores, fornecida pelo Setor de Recursos Humanos deste município.

3.4.1. O Município de Descanso encaminhará relatório ou arquivo com o valor do crédito que deverá ser disponibilizado para cada servidor, até o antepenúltimo dia útil.

3.5. A licitante vencedora deverá prestar todo o suporte necessário ao cumprimento dos serviços, com a devida tecnologia de sistemas que permitam controlar e autorizar a utilização dos cartões, de modo que estes possuam acesso a saldo, comunicação de perda ou roubo e demais informações ou dúvidas, bem como para reclamações em geral, independentemente da existência de ponto físico de atendimento instalado no Município de Descanso.

3.6. O pagamento pela execução dos serviços, objeto deste edital, será efetuado mensalmente, mediante depósito/transferência bancária em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento, considerando estar em consonância com os estágios da despesa, previstos na Lei n. 4.320/64, de forma expressa, portanto, neste instrumento convocatório.



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

3.6.1. A nota fiscal que eventualmente for apresentada com erros ou inconsistências será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no subitem 3.6 os dias que se passarem entre a data de devolução e a de sua reapresentação.

3.7. A licitante vencedora deverá prestar esclarecimentos ao contratante a qualquer tempo caso ocorra reclamação por falta de pagamento aos fornecedores.

3.7.1. Não serão efetuados pagamentos antecipados tendo em vista a consonância com os estágios da despesa, previstos na Lei n. 4.320/64.

3.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.9. A CONTRATANTE somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente:

Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO:

Funcional:	04.122.0029.2.002 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIA JURÍDICA
Especificação:	2 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	08.243.0021.2.003 - ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
Especificação:	5 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	04.122.0029.2.005 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Especificação:	12 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	04.131.0029.2.006 - ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO OFICIAL
Especificação:	17 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	04.122.0029.2.007 - COMPRAS/LICITAÇÕES E PATRIMÔNIO
Especificação:	20 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	04.123.0029.2.008 - SERVIÇOS FAZENDÁRIOS E PLANEJAMENTO
Especificação:	23 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	04.124.0029.2.009 - SERVIÇOS CONTÁBEIS E COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO
Especificação:	29 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	22.122.0003.2.010 - MANUTENÇÃO DO DPTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Especificação:	32 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	12.122.0030.2.016 - MANUTENÇÃO DO DPTO DE EDUCAÇÃO
Especificação:	48 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	12.361.0030.2.017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Especificação:	51 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	12.361.0030.2.018 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Especificação:	54 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

Funcional:	12.365.0030.2.022 - EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE
Especificação:	62 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	12.365.0030.2.023 - EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLA
Especificação:	65 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	13.392.0031.2.024 - MANUTENÇÃO DO DPTO DE CULTURA
Especificação:	69 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	27.812.0032.2.027 - MANUTENÇÃO DO DPTO DE ESPORTES E ATIVIDADES ESPORTIVAS
Especificação:	81 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	26.782.0033.2.029 – MANUT. DA FROTA E CONSERV.RECUP.DAS ESTRADAS MUNICIPAIS
Especificação:	88 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	15.451.0034.2.030 - MANUT.E FUNC.DPTO.OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Especificação:	92 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	15.452.0034.2.031 - MANUTENÇÃO DE VIAS, PRAÇAS, JARDINS E CEMITÉRIO
Especificação:	95 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	17.512.0034.2.035 - AMPL MANUT E MELHORIAS NO ABASTEC DE ÁGUA
Especificação:	102 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	20.122.0011.2.036 - MANUTENÇÃO DO DPTO DE AGRICULTURA
Especificação:	105 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	20.608.0011.2.037 - INCENTIVO E ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL
Especificação:	108 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	20.609.0012.2.039 – DEFESA SANITÁRIA ANIMAL
Especificação:	113 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	18.122.0035.2.040 - MANUTENÇÃO DO DPTO.DE MEIO AMBIENTE E FMMA
Especificação:	116 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	18.541.0035.2.041 - INCENT A PRESERV E CONSERV AMBIENTAL(VIVEIRO MUNICIPAL)
Especificação:	119 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	08.122.0014.2.044 - MANUT.E FUNC.DA SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Especificação:	128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	08.244.0017.2.048 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE
Especificação:	141 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	08.244.0016.2.049 - GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Especificação:	137 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	28.846.0027.0.002 - DESPESAS DIVERSAS AO ENCARGO DO MUNICÍPIO
Especificação:	157 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Funcional:	10.122.0037.2.061 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FMS
Especificação:	3 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	10.301.3337.2.063 – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
Especificação:	9 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS



Funcional:	10.305.0037.2.067 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Especificação:	16 - 3.3.90.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Funcional:	10.304.0037.2.068 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Especificação:	19 - 3.3.90.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

Entidade: CAMARA DE VEREADORES:

Funcional:	01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO
Especificação:	3 - 3.3.90.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços em até 30 (trinta) consecutivos, vigorando a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, devendo ainda, a mesma entregar no Setor de Recursos Humanos do Município de Descanso (Av. Marechal Deodoro, 146, Centro) neste prazo os cartões de vale alimentação dos servidores municipais conforme listagem de nome dos usuários entregue juntamente com a Autorização de Fornecimento.

5.2. O presente Contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2022, a contar da data de sua assinatura, obedecida a regra geral do caput do art. 57, da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser prorrogada, desde que haja interesse da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses.

5.2.1. Encerrada sua vigência, a extinção do contrato operar-se-á de pleno direito. Extinto o contrato em decorrência do decurso do prazo de vigência nele estabelecido não pode, em hipótese alguma, ser objeto de prorrogação.

5.2.2. Eventual prorrogação, nas hipóteses admitidas em lei, deve ser promovida antes do término da vigência da avença original, por meio de termo aditivo, sob pena de nulidade do ato.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

6.1.1. Executar os serviços objeto deste Contrato na forma, condições e prazos estipulados neste instrumento e de acordo com a proposta apresentada, parte integrante do Processo Licitatório que deu causa a este instrumento, bem como cumprir com todas as normas e determinações necessárias para a execução dos serviços, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas.

6.1.2. Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que venha a verificar na execução dos serviços, mesmo que este não seja de sua competência.

6.1.3. Por ocasião do recebimento dos serviços, o CONTRATANTE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida regularização.

6.1.4. A existência e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao serviço contratado, e as suas consequências e implicações que porventura possam ocorrer.

6.1.5. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

6.1.6. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

6.1.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

6.1.8. Corrigir, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os SERVIÇOS que venham a apresentar desconformidade com as exigências especificadas no respectivo Processo Licitatório, sem ônus à CONTRATANTE, nos termos do que assegura o art. 69 da Lei n. 8.666/93.

6.1.9. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições mínimas de habilitação e qualificação exigidas, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei n. 8.666/93.

6.1.10. A CONTRATADA é responsável por todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciárias, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidade civil ou criminal.

6.1.11. A CONTRATADA deve executar os serviços do objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação.

6.2. São obrigações do CONTRATANTE:

6.2.1. Comunicar à CONTRATADA toda e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços objeto deste contrato.

6.2.2. Fornecer à CONTRATADA todos os elementos e informações indispensáveis ao fiel cumprimento do contrato.

6.2.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades ou imperfeições que venham a ocorrer, em função da execução dos serviços objeto deste contrato, visando a sua regularização.

6.2.4. A CONTRATADA rejeitará, no todo ou em parte, os serviços que a CONTRATADA executar em desacordo com as especificações do edital e do presente contrato.

6.2.5. Efetuar os pagamentos no prazo e forma estabelecidos na Cláusula Terceira.

6.2.6. Providenciar a respectiva publicação, em resumo, do extrato do presente instrumento e de eventuais aditivos, na imprensa oficial, na forma prevista em Lei.

6.2.6.1. As despesas resultantes da publicação e de seus eventuais aditivos correrão por conta da CONTRATANTE.

6.2.7. Também compete ao CONTRATANTE adotar as medidas necessárias no caso de a CONTRATADA não se adequar às exigências legais, como a rescisão do contrato administrativo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. O contrato oriundo deste Processo Licitatório será administrado por um representante do Município de Descanso, especialmente designado para este fim.

7.2. O acompanhamento e fiscalização dos serviços do contrato consistem na verificação da conformidade da execução dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, que serão exercidos, por um representante da administração, especialmente designado na forma do artigo 67 da Lei n° 8.666/93.

7.3. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução dos serviços do objeto deste edital serão registradas pelo representante do Município de Descanso, constituindo tais registros, documentos legais.

7.4. A ação da fiscalização não exonera a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os serviços objeto deste contrato serão recebidos pela CONTRATANTE consoante o disposto no art. 73, da Lei Federal n. 8.666/93 e demais normas pertinentes.

8.2. O objeto será rejeitado na hipótese de se for executado em desacordo com o estabelecido no Edital, proposta e Contrato.



8.2.1. Na hipótese de o objeto não ser executado de acordo com as especificações, normas e instruções fornecidas ou aprovadas pelo Município de Descanso, ou, de um modo geral com a técnica vigente, poderá esta, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, ou na legislação aplicável, determinar a execução dentro dos padrões exigíveis, o que será feito à conta da CONTRATADA.

8.3 O recebimento do objeto, de modo Provisório ou Definitivo, não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos na Lei, nos termos do §2º do art. 73 da Lei n. 8.666/93, cabendo à CONTRATADA refazer, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto em que se verificar vício, desconformidade ou incorreção resultante de sua execução, dentro do prazo razoável a ser concedido pela CONTRATADA, quando será realizada novamente a verificação pela CONTRATADA.

8.3.1. Caso as eventuais correções não ocorram no prazo determinado, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE CONTRATUAL

9.1. O percentual proposto pela licitante vencedora é fixo e irrevogável, durante a vigência contratual e as possíveis prorrogações, sendo passível de reajuste apenas o valor a ser repassado aos servidores, nos termos da Lei Autorizativa

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10.1. O Contrato oriundo deste processo licitatório poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, desde que devidamente comprovados, sempre através da formalização de termos aditivos.

10.2. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, em decorrência de alteração de cláusulas contratuais ou de situações previstas na Lei n. 8.666/93, após prévia análise do Município, respeitados os limites legais previstos no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

10.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, nos termos do que assegura o art. 65, §2º, II da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. As penalidades serão aplicadas por inadimplência total ou parcial, notadamente pelo não cumprimento das normas de licitação e contratos, em face do disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei n. 8.663/93 e suas alterações, garantida a prévia defesa, sujeita às seguintes sanções legais:

- a) advertência;
- b) multa, por atraso injustificado na execução do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

11.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 11.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade, facultada a defesa prévia ao interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.3. De conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/93, o atraso injustificado na execução dos serviços objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista neste instrumento.

11.3.1. Sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, ficará a CONTRATADA sujeita à aplicação de Multa de mora, nas seguintes condições:

I. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de execução, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV. 10% (dez por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na execução dos serviços, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V. 25% (quinze por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de execução.

11.4. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do §3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I. mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, quando for o caso;

II. mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III. mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

11.4.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

11.4.2. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado o atraso não superior a 5 (cinco) dias, e a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

11.4.3. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 11.3.1.

11.4.4. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 11.3.1 não se aplica às hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

11.4.5. A multa será descontada dos créditos que a CONTRATADA possuir com o CONTRATANTE.

11.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada conforme a natureza e a gravidade da falta eventualmente cometida;

11.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação, podendo a autoridade competente reconsiderar ou não sua decisão, dentro do mesmo prazo.



11.6.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

11.6.1.1. Na contagem dos prazos estabelecidos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for expressamente disposto em contrário.

11.7. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a eventual aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado na imprensa Oficial do Município CONTRATANTE.

11.8. Os prazos referidos neste item só se iniciam e vencem em dias úteis de expediente no órgão ou na entidade.

11.9. Independentemente das sanções legais cabíveis, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A CONTRATANTE poderá declarar rescindido o presente contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, determinado por ato unilateral e escrito da Administração, na hipótese de ocorrência dos casos elencadas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

12.2. O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, de forma amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração, nos termos do que assegura o art. 79 da Lei n. 8.666/93.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a CONTRATADA reconhece, desde logo, o direito de a CONTRATANTE adotar, no que couber, as medidas previstas no art. 80 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

13.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

13.1.1. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto deste instrumento, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, constituindo sua inobservância, motivo para rescisão do contrato. (Art. 78, inciso VI, da Lei n. 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DOS CASOS OMISSOS

14.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao Processo Licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e demais legislação aplicável ao caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

15.1. A troca eventual de documentos e informações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser feita por escrito, mediante protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou outros meios correlatos.



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Descanso, Estado de Santa Catarina, renunciando expressamente a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questionamentos, porventura, relacionados à execução do presente contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas ao final subscritas, a fim de que produza seus efeitos legais, cujo instrumento ficará arquivado, em uma via, no Município de Descanso no respectivo processo licitatório e uma via com a empresa, nos termos do que dispõe o art. 60, da Lei n. 8.666/93.

Descanso/SC, de julho de 2022.

SADI INÁCIO BONAMIGO
Prefeito de Descanso

.....
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

1-
CPF

2-
CPF

DECLARO que sou Gestor do presente Contrato, de conformidade com o Decreto Municipal nº 1329/2011 de 11 de Outubro de 2011, recebi uma cópia e estou incumbido de fiscalizar e gerir o cumprimento deste no que se refere a Secretaria a qual estou vinculado.

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

MAIKO DANIEL BONAMIGO
Secretário Municipal de Administração

ROGÉRIO DE LEMES
OAB/SC-21.018
Assessor Jurídico



Estado de Santa Catarina
Município de Descanso

ANEXO VI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2022
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 14/2022

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Ao Município de Descanso

Objeto: Contratação de empresa especializada para efetuar repasse dos valores referentes ao fornecimento de Vale Alimentação aos servidores do Município de Descanso/SC, de acordo com a as Leis Autorizativas 1919/2022 (Poder Executivo) e 1921/2022 (Poder Legislativo), por meio de cartão magnético com chip eletrônico de segurança, para aquisição de alimentação em estabelecimentos comerciais cadastrados.

1. Dados do Proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço: n: Bairro:

Município: UF: CEP:

Telefone: E-mail:

2. Identificação do Representante Legal para assinatura do contrato:

Nome:

CPF: Função: Telefone:	RG:	Email:
---	------------	---------------

3. Dados Bancários:

Banco:

Agência: Conta:

Nome:

4. Proposta:

Item	Quantidade de Cartões Estimada	Descrição	Preço Unit. Máximo	Taxa de Administração (Máximo 1% - Mínimo 0%)	Preço Uni. reajustado com a Taxa
01	300	Valor unitário para o repasse de valores referente ao vale alimentação dos Servidores Públicos do Município de Descanso, por meio de cartão magnético com chip eletrônico de segurança.	16,16	(--) %	

Declaro estar ciente e em concordância na íntegra referente ao Edital do referido Processo Licitatório.

Local e data.

(nome e assinatura do responsável legal)

(Carimbo da empresa)